



**GOVERNO DO ESTADO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 83.267.989/0001-21**

**PARECER - CONTROLE INTERNO:**

**Parecer n° 031/2015.**

**Procedência: Secretaria Municipal de Administração.**

**Processo: Pregão Presencial n° 022/2015/CPL/PMAP/SEMAD.**

**Interessada: CPL/PREFEITURA MUNICIPAL.**

**I - RELATÓRIO:**

Tratam os autos referente ao certame licitatório n° **022/2015/CPL/PMAP/SEMAD**, realizado na modalidade Pregão Presencial, que teve por objeto a aquisição de materiais de consumo (materiais de construção) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração de Aurora do Pará.

A licitação foi publicada no diário oficial da união, edição de 13 de março de 2015, além de publicada também no caderno Economia do Jornal Diário do Pará, do dia 13/03/2015. Diário Oficial do Estado do Pará, em 13 de março de 2015, além de fixadas no quadro de aviso da prefeitura Municipal de Aurora do Pará.

As empresas vencedoras foram: MIRIAN DA SILVA CRUZ-ME, CNPJ:10.994.799/0001-32 e ELETROPIMBÔ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 16.573290/0001-00.

O contrato com a empresa vencedora, MIRIAN DA SILVA CRUZ-ME, CNPJ:10.994.799/0001-32 foi determinado no valor de R\$ 823.000,00 (oitocentos e vinte e três mil reais).

A segunda empresa vencedora, ELETROPIMBÔ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 16.573290/0001-00, firmou contrato no valor de R\$170.600,00 (cento e setenta mil, seiscentos reais).

O certame em comento teve sua homologação em 27 de março de 2015.

## II - ANÁLISE:

Em análise dos autos Cabe-nos, desde já, trazer à colação a aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim, dentre outros, o 37, XXI da CF/88.

Além da aplicação da Constituição Federal, adota-se a orientação das melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, sendo que são atendidas as disposições da Lei 8.666/93.

A lei de licitação obedece aos princípios constitucionais para as diretrizes que estabelecem normas cogentes de Direito Público, como o Princípio da probidade (Artigos 89 a 99); Princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 41); Princípio do julgamento objetivo (art. 45), Princípio do procedimento formal: (Art. 4º); princípio da adjudicação compulsória: (art. 50); princípio do sigilo das propostas: (art. 3º); princípio da competição ou da competitividade: (Art. 3º; §1º, I); Princípio da ampla fiscalização: (Art. 4º, 8º, 63, 113, §1º).

Na análise do processo licitatório em tela, verificou-se que o foi obedecido todos os tramites legais, não havendo objeção quanto a sua legalidade, em obediência ao artigo 37, XXI da Constituição Federal, em atendimento também, ao que rege a Lei nº 10.520/2002.

**III - PARECER:**

Ante ao exposto, a controladoria interna da prefeitura, após a verificação da legalidade que lhe compete, manifesta-se FAVÓRAVEL a validade do certame nº 022/2015/CPL/PMAP/SEMAD.

É o parecer

Aurora do Pará, 28 de abril de 2015.

***JOBER SANTA ROSA FARIAS VEIGA***

***Controlador Interno Municipal.***